



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

031

24
f

RECURSO DE AGRAVO Nº 202857-1/01

AGRAVANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO

AGRAVADO: RODOLFO IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA.

RELATOR: DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO DE AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO TERMINATIVA PROFERIDA NOS AUTOS DE APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. VALOR IRRISÓRIO DA DÍVIDA QUE GEROU A EXECUÇÃO. AUSÊNCIA DO INTERESSE DE AGIR DO EXEQUENTE. POSSIBILIDADE DO NÃO AJUIZAMENTO DE TAL AÇÃO EXECUTIVA. PREVISÃO NA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 133/2008, A QUAL ALTEROU A REDAÇÃO DO ARTIGO 2º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 105/2007. RECURSO DE AGRAVO NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE.

R
5532

1. É pacífico o entendimento de que cabe ao magistrado, ao verificar a necessidade e utilidade do provimento jurisdicional pleiteado, afastar as ações executivas fiscais de valor irrisório, aos quais, além de sobrecarregarem a máquina judiciária, geram, outrossim, prejuízos ao erário público, porquanto os custos realizados para obter a cobrança irão superar ou equivaler o valor do crédito executado.

2. Nesta ordem de idéias, pode-se concluir que, ao serem propostas execuções fiscais, cujos valores dos débitos caracterizarem-se como ínfimos, em razão de não gerar qualquer utilidade para o demandante, é imprescindível o reconhecimento pelo órgão jurisdicional da ausência do interesse de agir, ou seja, da ausência do interesse público na demanda.

3. Ressalta-se que, para que seja realizada tal aferição, deve-se levar em consideração, apenas, o valor da dívida que gerou o processo executivo, e não outros créditos que, porventura, existam em relação ao mesmo contribuinte.

Alves



25
+

032


Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

4. Nesse andar, em consonância com o entendimento esposado acima, ou seja, visando desobstruir o aparelho estatal de execuções fiscais de valores irrisórios, foi editada a Lei Complementar Estadual nº 133/2008, a qual modificando o artigo 2º, da Lei Complementar nº 105, de 20 de dezembro de 2007, passou a prever a possibilidade do não ajuizamento da ação executiva ou da desistência da mesma, nos casos em que o débito pleiteado na execução não ultrapassar os valores estipulados na referida Lei, o que se coaduna com a hipótese dos autos.
5. Recurso conhecido e não provido à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do recurso de agravo nº 202857-1/01, figurando como Agravante o **ESTADO DE PERNAMBUCO** e como Agravado **RODOLFO IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA.**; Acordam os Desembargadores que compõem a SÉTIMA CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **NEGAR PROVIMENTO** ao presente recurso de agravo, tudo conforme o relatório, votos e notas taquigráficas anexos, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 26/01/2012


Des. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
- Relator / Presidente -



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

033

RECURSO DE AGRAVO Nº 202857-1/01

AGRAVANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO

AGRAVADO: RODOLFO IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA.

RELATOR: DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

O Estado de Pernambuco ingressou com o presente recurso de agravo de decisão terminativa monocrática prolatada nos autos da Apelação Cível em apenso, que deu provimento parcial ao referido recurso, no sentido de determinar que os autos fossem arquivados sem baixa na distribuição, em razão da decisão combatida estar neste excerto, em confronto com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, e conseqüentemente, manteve todos os demais termos da sentença guerreada.

Alega o Agravante, em suma, que a decisão recorrida está em confronto com a legislação estadual que rege a matéria, uma vez que a Lei Complementar Estadual nº 105/2007, com redação dada pela Lei Estadual nº 133/2008 prevê requisitos cumulativos para a Fazenda Pública desistir das execuções. Acrescenta que deve ser observado o crédito total do contribuinte, e que o débito do executado é superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), e que a decisão fustigada contraria o § 1º, do artigo 2º, da Lei Complementar Estadual nº 105/2007, que veda a desistência da execução fiscal.

Requer o provimento total do presente recurso.

É o relatório.

Recife, 26/01/2010

Des. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

- Relator -



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

27
+
034

RECURSO DE AGRAVO Nº 202857-1/01

AGRAVANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO

AGRAVADO: RODOLFO IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA.

RELATOR: DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL


VOTO

Colacionando os autos, vislumbro que a decisão combatida não merece reparo. Vejamos.

É pacífico o entendimento de que cabe ao magistrado, ao verificar a necessidade e utilidade do provimento jurisdicional pleiteado, afastar as ações executivas fiscais de valor irrisório, aos quais, além de sobrecarregarem a máquina judiciária, geram, outrossim, prejuízos ao erário público, porquanto os custos realizados para obter a cobrança irão superar ou equivaler o valor do crédito executado.

Nesta ordem de idéias, pode-se concluir que, ao serem propostas execuções fiscais, cujos valores dos débitos caracterizarem-se como ínfimos, em razão de não gerar qualquer utilidade para o demandante, é imprescindível o reconhecimento pelo órgão jurisdicional da ausência do interesse de agir, ou seja, da ausência do interesse público na demanda.

Ressalta-se que, para que seja realizada tal aferição, deve-se levar em consideração, apenas, o valor da dívida que gerou o processo executivo, e não outros créditos que, porventura, existam em relação ao mesmo contribuinte.

 Nesse andar, em consonância com o entendimento esposado acima, ou seja, visando desobstruir o aparelho estatal de execuções fiscais de valores irrisórios, foi editada a Lei Complementar Estadual nº 133/2008, a qual modificando o artigo 2º, da Lei Complementar nº 105, de 20 de dezembro de 2007, passou a prever a possibilidade



28
f
035

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

do não ajuizamento da ação executiva ou da desistência da mesma, nos casos em que o débito pleiteado na execução não ultrapassar os valores estipulados na referida Lei, senão vejamos:

Lei Complementar nº 133, de 11 de dezembro de 2008.

Art 1º - O artigo 2º da Lei Complementar nº 105, de 20 de dezembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art 2º - Ficam o Estado de Pernambuco, suas autarquias e fundações públicas autorizados a não ajuizar ação executiva fiscal cujo montante seja equivalente ou inferior a:

I- R\$ 10.000,00 (dez mil reais), nos créditos relativos ao Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS);

II - R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), em relação aos demais créditos tributários ou não tributários.

§ 1º- É obrigatório o ajuizamento da ação de execução fiscal quando o valor total dos débitos de igual espécie e não ajuizados do mesmo devedor superar os limites fixados nos incisos I e II do caput deste artigo.

Over **§ 2º - O Estado de Pernambuco adotará meios extrajudiciais para a cobrança dos créditos referidos neste artigo.**

Art 2º A Lei Complementar nº 105, de 2007, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo 2º -A:

Art 2º A- Ficam o Estado de Pernambuco, suas autarquias e fundações públicas autorizados a desistir ou requerer a extinção de ação de execução fiscal quando o valor total dos débitos do mesmo devedor for equivalente ou inferior aos limites fixados no art. 2º desta Lei.



29
8
036

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

Parágrafo Único – A autorização de que trata o caput deste artigo é condicionada à inexistência de embargos à execução, salvo desistência do embargante, sem ônus para a Fazenda Pública.

Art 3º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Destarte, após expostos os argumentos aduzidos acima, tenho que a decisão atacada é irretocável, pois na demanda em tela não está configurado o interesse de agir do exeqüente, tendo em vista que o valor do débito que gerou a demanda executiva é inexpressivo.

Posto isso, **VOTO** pelo não provimento do presente recurso de agravo, mantendo incólume a decisão terminativa prolatada nos autos da Apelação Cível nº 202857-1.

Recife, 26/01/2012


Des. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

- Relator -